

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

**FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO
PRATA (FONPLATA)**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações das patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

US \$ = dólar norte-americano



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

28 de fevereiro de 2018

Para a Assembléia de Governadores
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA ou “o Fundo”), que estão anexados apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro.

Informação auditada

As demonstrações financeiras do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação à Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional. Cumprimos nossas responsabilidades relacionadas à ética conforme essas normas.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se



concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.



Sergio Fischer
Sócio

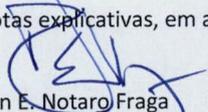


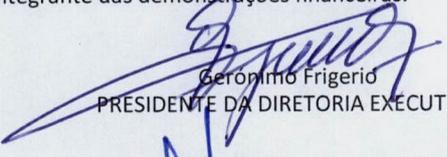
(Tradução livre do original emitido em espanhol)

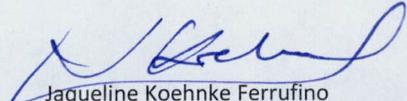
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares americanos)

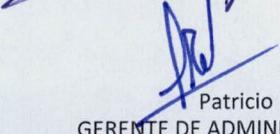
	Em 31 de dezembro de	
	2017	2016
ATIVOS		
Caixa e equivalente de caixa – Nota 6.1	34.092	31.038
Investimentos		
Disponíveis para venda – Nota 6.2	11.679	12.193
Mantidos até o vencimento – Nota 6.3	137.253	167.739
Carteira de empréstimos – Nota 6.4	657.087	539.517
Juros e outros encargos acumulados		
Sobre investimentos – Nota 6.3	447	550
Sobre empréstimos – Nota 6.4	5.740	4.007
Outros ativos		
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 7.1	5.161	3.191
Diversos – Nota 7.2	143	380
Total de ativos	851.602	758.615
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo		
Carteira de dívida – Nota 6.5	26.000	16.000
Outros passivos	912	204
Fundos especiais – Nota 6.6	8.222	8.816
Provisões de longo prazo – Nota 7.3	693	577
Patrimônio líquido		
Capital – Nota 8.1		
Autorizado	3.014.200	3.014.200
Menos exigível	(1.665.000)	(1.665.000)
Capital integralizável em dinheiro	1.349.200	1.349.200
Capital subscrito a integralizar	(643.333)	(705.917)
Reserva geral – Nota 8.3	89.740	74.979
Outras reservas – Nota 8.2	37	(5)
Lucros acumulados – Nota 8.3	20.131	14.761
Total do patrimônio líquido	815.775	733.018
Total do passivo e patrimônio líquido	851.602	758.615

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO


Gerônimo Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


Jaqueline Koehnke Ferrufino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


Patricio E. Merlani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

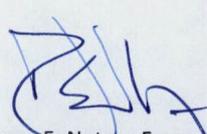
(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2017	2016
RECEITAS – Nota 9		
Carteira de Empréstimos		
Juros	21.407	15.554
Outras receitas por empréstimos	3.645	3.382
	<u>25.052</u>	<u>18.936</u>
Investimentos		
Juros	2.246	1.318
Outros	117	44
	<u>2.363</u>	<u>1.362</u>
Outras receitas	89	180
Receitas financeiras	<u>27.504</u>	<u>20.478</u>
DESPESAS		
Juros sobre empréstimos	716	19
Despesas financeiras	<u>716</u>	<u>19</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>26.788</u>	<u>20.459</u>
Provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	(142)	105
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	<u>26.930</u>	<u>20.354</u>
Despesas administrativas - Nota 10	6.799	5.593
Total de despesas	<u>6.799</u>	<u>5.593</u>
Receita líquida	<u>20.131</u>	<u>14.761</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	20.131	14.761
Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	42	(3)
Resultado abrangente	<u>20.173</u>	<u>14.758</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Juan E. Notaro Fraga
 PRESIDENTE-EXECUTIVO


 Gerónimo Frigerio
 PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


 Jaqueline Koehnke Ferrufino
 CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


 Patricio E. Merlani
 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA

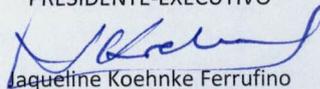
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

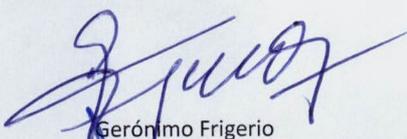
(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades de empréstimos e operacionais		
Empréstimos:		
Caixa recebido das amortizações de empréstimos	52.899	35.434
Caixa recebido de juros e comissões de empréstimos	24.104	17.006
Desembolsos de empréstimos	(171.112)	(127.133)
Caixa líquido proveniente das operações de empréstimos	(94.109)	(74.693)
Outros fluxos de caixa operacionais:		
Pagamento de salários, despesas administrativas e fornecedores	(6.962)	(5.648)
Cobrança de contas a receber	237	(244)
Pagamentos/transferências a fornecedores e fundos especiais	(63)	(599)
Pagamento de benefícios sociais	(291)	(43)
Caixa líquido proveniente de outras atividades operacionais	(7.079)	(6.534)
Caixa líquido usado nas atividades de empréstimos e operacionais	(101.188)	(81.227)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos para o financiamento dos empréstimos:		
Caixa líquido recebido de endividamentos e emissões de títulos	10.000	16.000
Amortizações e serviço da dívida	(539)	(77)
Caixa líquido proveniente da captação de recursos	9.461	15.923
Integralização de capital a ser pago em dinheiro	62.584	100.750
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	72.045	116.673
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Desempenho dos investimentos	2.180	1.356
Pagamento de investimentos financeiros	31.473	(22.350)
Pagamento de serviços financeiros	(114)	(114)
Aquisição de propriedade e equipamentos	(1.342)	(918)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	32.197	(22.026)
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	3.054	13.420
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	31.038	17.618
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	34.092	31.038

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO


Jaqueline Koehnke Ferrufino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


Gerónimo Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


Patricio E. Merlani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

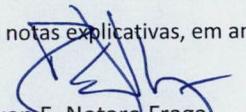
(Tradução livre do original emitido em espanhol)

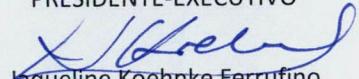
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

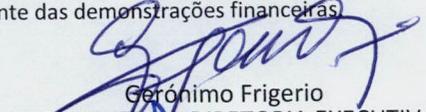
(Em milhares de dólares americanos)

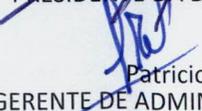
	<u>Capital realizado (a)</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva para alterações no valor de investimentos disponíveis para venda</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	542.533	65.654	(2)	9.325	617.510
Aumento de capital – Contribuições em dinheiro	100.750	--	--	--	100.750
Alocado pela Assembleia de Governadores	--	9.325	--	(9.325)	--
Resultado do exercício	--	--	--	14.761	14.761
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	(3)	--	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>643.283</u>	<u>74.979</u>	<u>(5)</u>	<u>14.761</u>	<u>733.018</u>
Aumento de capital – Contribuições em dinheiro	62.584	--	--	--	62.584
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	5	--	5
Alocado pela Assembleia de Governadores	--	14.761	--	(14.761)	--
Resultado do exercício	--	--	--	20.131	20.131
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	37	--	37
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>705.867</u>	<u>89.740</u>	<u>37</u>	<u>20.131</u>	<u>815.775</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Juan E. Notaro Fraga
 PRESIDENTE-EXECUTIVO


 Jacqueline Koehnke Ferrufino
 CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


 Gerónimo Frigerio
 PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


 Patricio E. Merlani
 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(em milhares de dólares americanos)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

Os Governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, imbuídos de firme espírito de cooperação e solidariedade, e convencidos de que as ações conjuntas tornarão possível o desenvolvimento regional harmônico e equilibrado, assinaram o Tratado da Bacia do Prata em 23 de abril de 1969.

A Bacia do Prata é uma região caracterizada pela riqueza em recursos naturais, destacando-se suas bacias hidrográficas, a abundância de minérios e a fertilidade do solo. A região tem áreas de amplo potencial para atividades agropecuárias e industriais, abriga algumas das reservas hidrelétricas mais importantes da América Latina, como Itaipu, Yacretá e Salto Grande, e conta com extensas redes de transporte rodoviário e fluvial.

Os cinco Países mantêm uma conexão muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, i.e., os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial e terrestre, e outros sistemas de comunicação.

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA ou o Fundo), foi criado como resultado do Tratado da Bacia do Prata, por meio de Convênio Constitutivo assinado pelos governos dos países-membros, que entrou em vigor em 14 de outubro de 1976.

O FONPLATA é pessoa jurídica internacional, de duração indefinida, que se rege pelas disposições estabelecidas em seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua Sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e tem um escritório de acompanhamento de projetos na cidade de Assunção, República do Paraguai, desde 1989.

Segundo os termos do Artigo I do Tratado, o objetivo do FONPLATA é financiar a realização de estudos, projetos e obras com vistas a promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata, destinando para esses efeitos recursos próprios, bem como recursos que venha a obter de outras fontes de financiamento.

Algumas das principais funções do FONPLATA são a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidaria de seus países-membros; o financiamento de estudos de pré-investimento com vistas a identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para a Bacia; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; e todas as demais funções que contribuam para o melhor cumprimento de seus objetivos.

No ano de 2011, a Assembleia de Governadores, no âmbito da implementação de um novo modelo de gestão institucional, criou o cargo de Presidente-Executivo e aprovou uma nova delegação e distribuição das funções de governança e de administração do Fundo, delegando no Presidente o exercício das funções de representação jurídica, direção e administração. O primeiro Presidente do FONPLATA foi nomeado pela Assembleia de Governadores e entrou em funções em setembro de 2012.

Entre setembro e dezembro de 2012, foi implementado um conjunto de medidas que modernizou e dinamizou o Fundo. Dentre as medidas mais importantes, destacam-se: a reformulação do ciclo de projetos, tornando-o mais ágil e reduzindo seus custos transacionais; a adoção de uma nova estrutura orçamentária baseada em resultados, melhorando a prestação de contas, a transparência e o processo de tomada de decisões; a incorporação da gestão por objetivos e o início de uma relação fluente com as instituições internacionais multilaterais.

Na gestão 2013, foi aprovado o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022, que constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de consecução dos resultados da gestão do FONPLATA. Em agosto de 2017, a Assembleia de Governadores aprovou a revisão do PEI para o período 2018 – 2022, reafirmando os cinco pilares identificados no PEI 2013, organizando sua implementação com três objetivos estratégicos e dez linhas de ação, com vistas a assegurar a relevância, a agilidade, a efetividade e a eficiência institucional. Por sua vez, em novembro de 2017, a Assembleia de Governadores aprovou o Documento de Programas e Orçamento para o período 2018 – 2020, que faz parte do plano de negócios trienal junto com o orçamento administrativo e de capital, estruturados com base nos resultados esperados para os prazos curto e médio, que estão alinhados com as dez diretrizes estratégicas identificadas no PEI 2018 – 2022.

Juntamente com a aprovação do PEI em 2013, foi alterado o Convênio Constitutivo, fortalecendo o processo de governança, e foi aprovado o primeiro aumento do capital do FONPLATA de \$489.200 para \$1.639.200.

Continuando com a implementação de medidas para modernizar e agilizar a operação do Fundo e consolidar o novo modelo de gestão, entre 2013 e 2014 foram aprovados e implementados novos instrumentos e políticas financeiras. Estas mudanças lançaram as bases para o novo papel que o FONPLATA está tentando consolidar como instituição financeira de desenvolvimento e contribuíram para obter com sucesso, em setembro de 2016, classificação de risco de crédito na categoria grau de investimento por duas agências de classificação de risco reconhecidas internacionalmente.

Em 28 de janeiro de 2016, demonstrando seu apoio à gestão do FONPLATA no período 2012 – 2015 e seu compromisso com o aumento da capacidade de empréstimo para cuidar da demanda crescente de financiamento de seus países-membros, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital. Este novo aumento efetivou-se no início de 2017 com a subscrição e o compromisso de 100% do capital exigível, totalizando \$825.000. O capital de \$550.000, a pagar em dinheiro, será integralizado em sete parcelas anuais a partir do ano de 2018.

As demonstrações financeiras para o exercício 2017 foram consideradas pela Comissão de Auditoria da Diretoria Executiva e a Diretoria recomendou sua aprovação à Assembleia de Governadores do FONPLATA.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente para todos os anos apresentados.

2.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento às Normas Internacionais de Contabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, por sua sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações (IFRIC, por sua sigla em inglês) aplicável às entidades informam de acordo com as IFRS e cumprem as normas emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, por sua sigla em inglês).

O Fundo apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme o critério de liquidez. Ativo e passivo são apresentados em função de sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e além dos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 11.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Alguns investimentos mensurados pelo menor valor entre o custo amortizado ou seu valor de mercado, quando houver indicadores de perdas por desvalorização.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo FONPLATA

O FONPLATA aplicou as seguintes normas e alterações pela primeira vez na gestão anual iniciada em 1º de janeiro de 2017:

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
Modificações na IAS/NIC 12 – Impostos sobre o Rendimento	Estas modificações nos reconhecimentos dos ativos pelos impostos diferidos por perdas não realizadas aclaram como se contabiliza estes ativos quando se relacionam com instrumentos de dívida medidos ao seu valor razoável.	Esta norma não tem impacto nos estados financeiros do Fundo devido a que se este se encontra isento do pagamento de impostos sobre as utilidades.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 1 de janeiro de 2017.
Modificações a IAS/NIC 7 – Demonstrações de Fluxos de Caixa	Estas modificações da NIC 7 introduzem revelações adicionais que permitem aos usuários avaliar alterações nos passivos por atividades de financiamento. Isto inclui as alterações que impliquem em “fluxo de caixa”, tais como o saque de fundos e reembolsos dos empréstimos; e alterações que não impliquem em “fluxo de Caixa”, tal como aquisições, alienações e diferenças de alterações não realizadas.	FONPLATA não identificou impactos significativos em seus estados financeiros da aplicação desta modificação.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2017.

(iv) Novas normas e interpretações não adotadas

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 estabelece a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, e introduz novas regras para a contabilidade de cobertura.</p> <p>Em julho de 2014, a IASB completou seu projeto de instrumentos financeiros com a emissão da IFRS 9, que incluía os requisitos previamente emitidos e as alterações adicionais para introduzir o novo modelo de perdas previsíveis por deterioração de créditos, e mais algumas alterações nos critérios para a classificação e mensuração de ativos financeiros.</p>	<p>Tendo acompanhado as mudanças aprovadas pela IASB em julho de 2014, o FONPLATA não espera maiores impactos das novas regras de classificação, mensuração e baixa nos ativos e passivos financeiros.</p> <p>O FONPLATA ainda não fez uma avaliação detalhada dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que aparentemente cumpriram as condições para serem classificados como instrumentos financeiros a valor justo com mudanças por meio de outros resultados abrangentes baseados no atual modelo de negócio desses ativos. Não se espera, portanto, que ocorra uma mudança na contabilização desses ativos.</p> <p>A nova norma estabelece, ainda, mudanças nas regras de contabilização das coberturas, que não afetam o FONPLATA, pois a Instituição não mantém esse tipo de instrumentos financeiros.</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2015, o FONPLATA adotou o novo modelo de perdas por desvalorização esperadas em empréstimos com relação a sua carteira de empréstimos soberanos.</p>	<p>Esta revisão completa o projeto de instrumentos financeiros da IASB e esta nova norma está em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, permitindo-se a adoção antecipada (sujeito a exigências locais aplicáveis).</p>
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	<p>A IASB emitiu uma nova norma para a realização de receita. Esta norma</p>	<p>FONPLATA revisou o registro contábil de seus contratos de empréstimo,</p>	<p>É obrigatória a aplicação desta norma às gestões financeiras a serem</p>

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
	<p>substituirá a IAS/NIC 18, que abrange os contratos de bens e serviços, e a IAS/NIC 11, que abrange os contratos de construção.</p> <p>Ela se apoia no princípio de que as receitas devem ser reconhecidas quando o controle dos bens e serviços é transferido para o cliente. Portanto, a noção de controle substitui a noção atual de riscos e benefícios.</p> <p>Esta norma possibilita fazer uma modificação retrospectiva em sua adoção. Sob este esquema, as entidades poderiam reconhecer ajustamentos de transição nos resultados acumulados na data da aplicação inicial, sem voltar a expressar a gestão comparativa. As novas regras devem ser aplicadas aos contratos não concluídos na data da aplicação inicial.</p>	<p>endividamento, serviços e compras de ativos a fim de assegurar o devido cumprimento com a norma IFRS 15, determinando que sua aplicação não gera alterações em sua avaliação, registro e exposição dos mesmos durante o exercício 2017, em relação ao exercício de 2016.</p> <p>A aplicação desta norma não afeta de forma alguma a realização de receita de empréstimos outorgados nem os custos financeiros por endividamentos contratados para financiar parte de seu desembolso, bem como o reconhecimento de despesas por contratos de serviços e o valor dos ativos imobilizados como resultado da aquisição da nova sede do FONPLATA.</p>	<p>iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018.</p>
IFRS 16 - Arrendamento	<p>Para o caso dos arrendatários, elimina a distinção entre contratos de “arrendamento financeiro” registrados no balanço patrimonial e os de “arrendamento operacional”, para os quais não é exigido o reconhecimento das parcelas de arrendamento futuras. Em seu lugar, desenvolve-se um modelo único, similar ao modelo atual de arrendamento financeiro.</p>	<p>O Fundo determinou que estas mudanças não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras, pois o FONPLATA não financia operações de arrendamento de capital em suas operações de empréstimo nem usa esta modalidade para o arrendamento de seus escritórios de ligação. Os arrendamentos dos escritórios de ligação são realizados sob a modalidade de contratos de arrendamento operacional renováveis anualmente e não estão previstas mudanças no prazo médio.</p>	<p>Esta norma aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.</p>

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
IFRS 2 – Pagamento baseado em ações.	Esta modificação esclarece como contabilizar determinados tipos de operações de pagamentos baseados em ações.	Esta modificação não tem impacto nos estados financeiros do Fundo devido ao fato de que FONPLATA não realiza pagamentos baseados em ações.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IAS/NIC 40 – Propriedades de Investimentos	Estas modificações esclarecem que para se transferir propriedades de investimentos deve haver uma mudança de uso do ativo. Esta mudança deve ser comprovada por evidências.	Esta modificação não tem impacto nos estados financeiros do Fundo, devido ao fato que FONPLATA não tem propriedades como investimentos.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contrapartida antecipada	Esta norma trata de transações em moeda estrangeira ou partes de transações onde existe uma contraprestação que está denominada ou cotada em uma moeda estrangeira. A interpretação proporciona um guia para quando se faz um pagamento/ recebimento único, assim como para situações em que se realizam múltiplos pagamentos/ recebimentos. A mesma tem como objetivo reduzir a diversidade na prática.	FONPLATA não estima impactos nos estados financeiros devido ao fato de que não mantém transações significativas em moedas estrangeiras.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de Imposto de Renda	Esta norma esclarece como o reconhecimento e as exigências de medição da IAS/NIC 12 “Impostos sobre a Receita”, são aplicados quando há incerteza sobre o tratamento de impostos sobre a receita	Esta norma não tem impacto sobre os estados financeiros do Fundo, devido ao fato que se encontra isento do pagamento sobre as utilidades.	Esta norma foi publicada em junho de 2017 e entrará em vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2019.

2.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o FONPLATA determinou que o Fundo tem apenas um segmento operacional que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países-membros.

O FONPLATA avalia periodicamente o desempenho e a posição financeira do Fundo de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

2.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações nelas incluídas, são medidos usando o dólar americano, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o FONPLATA (“a moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na taxa de câmbio na data de cada transação. As perdas ou ganhos por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar americano e, em geral, estão ligadas a despesas administrativas incorridas na sede principal do FONPLATA, ou em seu escritório em Assunção, Paraguai. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associadas a despesas administrativas são apresentadas na DRE numa base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, como investimentos e empréstimos são apresentados em dólares americanos e o Fundo não tem passivo financeiro, portanto, não há diferenças cambiais ligadas a ativos financeiros.

Os bens ou serviços apresentados em moedas diferentes da moeda funcional avaliados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais em ativos e passivos avaliados com base no valor justo são divulgadas como parte dos ganhos e perdas por valor justo.

2.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e por investimentos mantidos até o vencimento é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas de empréstimos, que consistem em taxas de administração e compromisso, são determinadas de acordo com a IAS 18.

O FONPLATA reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluam a favor do Fundo. O FONPLATA baseia suas estimações nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de mutuário e as especificações de cada um dos acordos assinados.

2.5 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais os riscos e os benefícios da propriedade dos ativos não são retidos pelo arrendatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos realizados pelos arrendamentos operacionais são reconhecidos nos resultados durante o período de cada arrendamento, utilizando o método de linha reta. O FONPLATA não tem arrendamentos financeiros.

2.6 Caixa e equivalente de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, o caixa e equivalente de caixa inclui o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de três meses ou menos, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de mudanças de valor.

2.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 6.4.

2.8 Investimentos e outros ativos financeiros

(i) Classificação

O FONPLATA classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Empréstimos.
- Investimentos mantidos até o vencimento, e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos tiverem sido adquiridos. O FONPLATA determina a classificação de seus investimentos na hora de sua aquisição e reconhecimento. Os investimentos a serem mantidos até seu vencimento estão sujeitos a uma revisão anual para revalidar a razoabilidade dessa classificação. A Nota 6 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativos financeiros.

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em outra categoria diferente de “títulos negociáveis”. Porém, essas mudanças, se couber, devem ser realizadas apenas em circunstâncias particulares e decorrentes de um evento particular e não usual. Adicionalmente, o FONPLATA pode escolher reclassificar os ativos financeiros que não encaixem na definição de empréstimos fora das categorias de “títulos negociáveis” ou “disponíveis para venda”, se o Fundo tiver a intenção e a habilidade de manter esses ativos financeiros no futuro ou até seu vencimento na categoria na qual foram reclassificados.

As reclassificações são realizadas pelo valor justo na data da reclassificação. O valor justo torna-se o custo ou custo amortizável, se couber, e não é possível realizar reversões posteriores dos ganhos ou perdas do valor justo contabilizado antes da data de reclassificação. As taxas de juros efetivas dos ativos financeiros reclassificados na categoria de “valores mantidos até seu vencimento” são determinadas na data da reclassificação. Os aumentos adicionais estimados no fluxo de caixa são ajustados pela taxa de juros efetiva de forma prospectiva.

(iii) Reconhecimento e baixa

A compra e a venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Fundo compromete sua compra ou venda. A baixa de ativos financeiros ocorre quando os direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros expiram ou quando os benefícios ou riscos da propriedade desses ativos são transferidos.

Quando os investimentos classificados como “disponíveis para venda” são vendidos, os ajustes a valor justo acumulados em “outros resultados abrangentes”, são reclassificados na DRE como “ganhos ou perdas com investimentos”.

(iv) Mensuração

No início da transação, o FONPLATA mede os ativos financeiros pelo valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros “disponíveis para venda” são posteriormente avaliados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os juros que venham a ser gerados dos ativos financeiros “disponíveis para venda”, “mantidos até o vencimento” e empréstimos, apurados usando o método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na DRE como parte das receitas operacionais.

A Nota 6.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

No final de cada período de encerramento, o FONPLATA avalia a possibilidade de desvalorização em ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Essa desvalorização potencial em empréstimos é determinada com base na nota de classificação de risco individual dos países mutuários de acordo com metodologia adotada pela maioria dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A nota 6.4 apresenta uma explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para desvalorização em empréstimos.

No caso de investimentos, o FONPLATA reconhece a desvalorização apenas quando há evidência objetiva dele como resultado de um ou mais eventos que venham a ocorrer depois de seu reconhecimento inicial (evento de perda) e esse(s) evento(s) afetar(em) os fluxos de caixa futuros a serem produzidos e que possam ser determinados de maneira confiável.

- a. *Ativos financeiros mantidos pelo custo amortizado*: A provisão para possíveis perdas em empréstimos soberanos é mantida em nível considerado adequado pelo FONPLATA para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras. O montante das perdas por desvalorização é mensurado como a diferença entre o valor contábil e o valor determinado de acordo com a nota de classificação de risco individual dos países mutuários para sua dívida de longo prazo, que é determinada como a classificação mais baixa na data das demonstrações financeiras, de três agências de classificação de risco de crédito reconhecidas internacionalmente. Essas classificações incorporam uma probabilidade de inadimplência (“*default*”). Devido a sua condição de credor preferencial, e levando em conta os privilégios e imunidades outorgados ao FONPLATA por seus países-membros, que constam de seu Convênio Constitutivo e de outros acordos específicos assinados com os países, usa-se um fator que reflete menor probabilidade de inadimplência – geralmente equivalente a três níveis acima de sua nota de classificação de risco. Quando couber, o FONPLATA pode mensurar a desvalorização pelo valor justo, usando preços de mercado observáveis.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuírem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), as reversões das perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se com efeito na DRE.

- b. Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda: Se houver evidência objetiva de desvalorização dos “ativos disponíveis para venda”, as perdas acumuladas medidas como a diferença entre o custo de aquisição e seu valor justo, menos qualquer perda por desvalorização desses ativos financeiros são reclassificadas do patrimônio e reconhecidas no resultado da gestão.

Se o valor justo dos instrumentos de dívida classificados como “disponíveis para venda” aumentar em períodos posteriores e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que venha a ocorrer depois do reconhecimento das perdas por desvalorização na DRE, a perda por desvalorização é revertida com efeito na DRE.

(vi) Realização de receita

Os ganhos por juros são reconhecidos usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com desvalorização. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e eventos atuais mostram que há certa probabilidade de que o FONPLATA não consiga recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre perdas por desvalorização, o FONPLATA reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros original e revertido o efeito do desconto contra as receitas financeiras. Os ganhos por juros sobre empréstimos com perdas por desvalorização são reconhecidos usando a taxa de juros efetiva original.

2.9 Propriedades e equipamentos

Propriedades e equipamentos são contabilizados a custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são reconhecidos como ativo separado, apenas perante a probabilidade de existência de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos possam ser avaliados de forma confiável. Serão baixados os valores contábeis de quaisquer componentes contabilizados como itens separados quando eles forem substituídos. Os consertos e manutenções são reconhecidos na DRE durante o período no qual esses custos são incorridos.

Os aumentos nos valores contábeis decorrentes da reavaliação de propriedades são reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulados nas reservas dentro do patrimônio líquido. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido com efeito na DRE, o aumento posterior deve ser reconhecido também com efeito na DRE. As diminuições que revertam os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes na medida em que existam excedentes por reavaliações atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na DRE. A cada ano, as diferenças entre a depreciação apurada sobre os ativos reavaliados que são registradas na DRE e a depreciação apurada sobre os ativos no custo original são ajustadas reclassificando as reservas por reavaliação contra os resultados acumulados.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo FONPLATA são apresentados na Nota 7.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se couber, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na DRE. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Fundo transferir os montantes incluídos nas outras reservas para os resultados acumulados.

As obras em andamento incluem os custos de projetos de capital em processo de construção, bem como bens móveis adquiridos que são parte integral desses projetos. O montante total investido nesses bens é capitalizado e começa a ser amortizado no momento de sua conclusão, quando esses bens estão em condições de ser colocados em serviço. Os investimentos em obras em andamento são realizados com base nos certificados de avanço de obras.

2.10 Carteira de dívida

O FONPLATA contrai dívidas de médio e longo prazos com vistas a prover recursos financeiros necessários para financiar a porção dos empréstimos outorgados coberta pelo capital exigível comprometido pelos países-membros.

Os empréstimos são inicialmente contabilizados pelo valor justo, líquido, dos custos incorridos na transação. Posteriormente, estes passivos são avaliados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o reconhecimento inicial deste passivo e o valor efetivamente pago é reconhecida na DRE, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os títulos estão classificados como passivos de longo prazo pelo valor nominal e ajustados a seu valor presente líquido seja deduzindo o montante de descontos não amortizado ou adicionando o montante não amortizado de prêmios, usando a taxa de juros efetiva em vigor na data da emissão.

2.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos por bens e serviços fornecidos ao Fundo antes da data de encerramento, ainda a pagar. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos por investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. Estes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos quando os Fundos especiais solicitam dinheiro vivo ao FONPLATA. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.13 Outros benefícios a funcionários

Este benefício consiste em pagamento por encerramento da relação de trabalho, equivalente a um salário por ano de serviço efetivamente prestado ao Fundo, e apurado com base no último salário pago ao funcionário. Este benefício é reconhecido para todos os funcionários de acordo com as normas internas em vigor. Estima-se que o valor atual dos pagamentos futuros estimados por este benefício é próximo ao passivo acumulado pelo Fundo na data de encerramento.

2.14 Capital integralizado

O capital integralizado consiste nas contribuições em dinheiro efetivamente realizadas pelos países-membros do FONPLATA.

NOTA 3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade N° 34 de Informações Financeiras, que exige que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam nos montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece um panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam nas demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam na preparação das demonstrações financeiras do FONPLATA estão ligadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 6.3.
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 6.4.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do FONPLATA a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar no desempenho financeiro futuro do Fundo.

Risco	Origem da exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – Risco de moeda	Risco comercial de que as transações reconhecidas como ativos e passivos financeiros não estejam denominadas em dólares americanos (moeda funcional)	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as operações de empréstimos e investimentos e os passivos mais significativos das demonstrações financeiras foram acordados em dólares americanos.
Risco de mercado – Risco de taxa de juros	Risco de variações na taxa de juros utilizada pelo FONPLATA na concessão dos empréstimos e na contratação de endividamento.	Análise de sensibilidade.	O FONPLATA estabeleceu políticas para a determinação da taxa de juros sobre os empréstimos e dívidas com vistas a reduzir o risco de variação.
Risco de mercado	O FONPLATA não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos ao risco de preço.	Nenhuma.	O FONPLATA não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos ao risco de preço.

Risco	Origem da exposição	Mensuração	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalente de caixa, investimentos disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento.	- Análise de duração - Análise do risco de crédito.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para os investimentos disponíveis para venda e os investimentos mantidos até o vencimento.
Risco de liquidez	Outros passivos e obrigações com fundos especiais	Orçamento de fluxo de caixa	Disponibilidade de recursos necessários para cuidar das obrigações.

O FONPLATA administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e de taxa de juros, os riscos operacionais, e os riscos estratégicos. O foco da gestão integral de riscos do FONPLATA é garantir que os riscos sejam mantidos nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras da Instituição e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. Quanto à gestão integral de riscos, ela está focada em evitar os riscos que vão além da tolerância de risco da Instituição e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais para a gestão de riscos, o FONPLATA adotou a classificação dos riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC - Escritório de Controladoria da Moeda dos EUA) e Basileia II.

4.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros e cerca de 99% de seus passivos estão denominados em dólares americanos, a moeda funcional da Instituição. Portanto, as demonstrações financeiras do FONPLATA não estão expostas a risco significativo perante potenciais variações nas taxas de câmbio.

4.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do FONPLATA tem um componente de spread fixo e um componente variável (LIBOR - 6 meses). O spread fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir o equilíbrio entre o acúmulo de capital de longo prazo de forma a garantir a autossustentabilidade do Fundo e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para os países beneficiários do Fundo. O FONPLATA aplica um modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados que responde a um horizonte de planejamento de médio e longo prazo. O modelo permite, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para cuidar de todos os fins estabelecidos pelas políticas financeiras do Fundo e realizar, oportunamente, os ajustamentos no spread fixo diante de mudanças significativas nos supostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pela Instituição para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

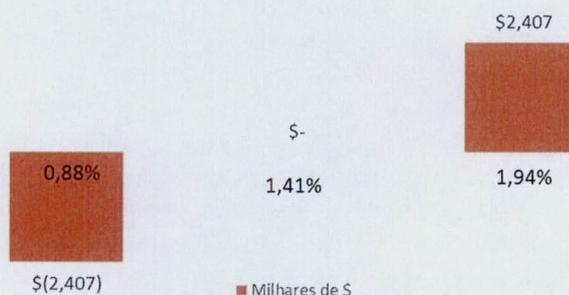
Em conformidade com a política de Gestão de Receitas e Encargos Financeiros o FONPLATA estabelece anualmente um spread fixo aplicável a novas operações de empréstimos durante o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional ou TRO). Em 2017 foi mantida a TRO aprovada para 2016.

O Presidente-Executivo está facultado para estabelecer taxas com spread fixos diferenciados para empréstimos com vencimentos inferiores a 15 anos, e foram aprovadas taxas operacionais diferenciais para incentivar os mutuários a tomar empréstimos com prazos menores.

Para o FONPLATA, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa Libor de 6 meses. O FONPLATA faz uma análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio líquido como resultado de mudanças na taxa Libor de 6 meses.

Com base no Orçamento de Despesas Administrativas e de Investimentos de Capital aprovado pela Assembleia de Governadores para 2018, a análise de sensibilidade foi feita considerando uma taxa LIBOR de 6 meses equivalente a 141,3 pontos base com variação positiva e negativa de 53 pontos base. Consequentemente, a análise apresenta uma taxa Libor de 6 meses máxima equivalente a 194,3 pontos base e mínima de 88,3 pontos base. De acordo com a análise realizada, se ocorrer a variação de 53 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar o diminuir em \$2.407, respectivamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TASA
DE JUROS
VARIÇÃO DA TAXA LÍBOR 6 MESES



4.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do FONPLATA em decorrência das mudanças nas condições do mercado. O FONPLATA administra os riscos de mercado, que impactam principalmente em suas carteiras de investimentos e empréstimos por meio de diversas medidas para garantir que a exposição a riscos permaneça dentro dos limites estabelecidos em suas políticas.

4.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital que relaciona o montante de empréstimos com o total do patrimônio líquido, assegura um *hedge* razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Atualmente, o FONPLATA outorga empréstimos apenas com garantia soberana, e conta com um regulamento que determina as ações referentes a atrasos e inadimplência nos pagamentos dos empréstimos, que também são descritos nos contratos de empréstimo.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes com seus diversos prazos de vencimento. Na data do encerramento da gestão, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos da Instituição era AA-, alinhada com os requisitos da política de investimentos. Constata-se, ainda, o cumprimento dos limites estabelecidos na política, tendo a carteira rendimento médio superior aos supostos que serviram como base para a determinação do resultado líquido do exercício 2017 e 2016, realizado como parte do exercício anual de programação financeira e orçamento, que faz parte da política de gestão das receitas e dos encargos financeiros.

4.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da Instituição para cumprir suas obrigações, sem incorrer em perdas inaceitáveis. A Instituição mantém o nível de liquidez mínimo requerido, definido em sua política de liquidez como o necessário para cuidar de todas as obrigações, pagamentos e desembolsos para um período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo não apresenta uma estrutura de obrigações que possam gerar riscos de liquidez de curto ou médio prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo da Instituição totaliza \$35.827 (2016 - \$25.597), e o ativo líquido, incluindo o caixa, totaliza \$183.024, aproximadamente (2016 - \$210.970). A cobertura da liquidez quanto aos desembolsos brutos estimados era de 1.1 anos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

NOTA 5 - GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

5.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de que por comissão ou omissão exista uma falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O FONPLATA mantém organizadas, atualizadas e em funcionamento as políticas e práticas de administração de operações que previnem e preparam a Instituição perante os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações. O FONPLATA conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com padrões de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais, jurídicos aplicáveis de acordo com suas políticas e os imperantes no âmbito de seus países-membros.

5.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico - É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da Entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O FONPLATA tem um Plano Estratégico Institucional (PEI) aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua medição no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui um resumo das conquistas do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do FONPLATA resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Desta forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo de forma a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para a Instituição em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento - É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa na reputação da entidade. O FONPLATA é pessoa jurídica internacional que se rege por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. A Instituição conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável pela Conformidade, e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam de outra forma desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação - É o risco derivado de uma opinião pública negativa, que impacta na capacidade da organização para estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Da área de comunicações, a Instituição faz monitoração regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Fundo.

NOTA 6 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do FONPLATA, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pela Instituição.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional utilizado e as incertezas que afetam as estimativas.

A Instituição mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros ao valor justo com alterações em ORI \$</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado \$</u>	<u>Total \$</u>
2017				
Caixa e equivalente de caixa	6.1	--	34.092	34.092
Investimentos disponíveis para venda	6.2	11.679	--	11.679
Investimentos mantidos até o vencimento	6.3	--	137.700	137.700
Carteira de Empréstimos	6.4	--	662.827	662.827
Total		<u>11.679</u>	<u>834.619</u>	<u>846.298</u>
2016				
Caixa e equivalente de caixa	6.1	--	31.038	31.038
Investimentos disponíveis para venda	6.2	12.193	--	12.193
Investimentos mantidos até o vencimento	6.3	--	168.289	168.289
Carteira de Empréstimos	6.4	--	543.524	543.524
Total		<u>12.193</u>	<u>742.851</u>	<u>755.044</u>

A Instituição mantém os seguintes instrumentos financeiros passivos:

		<u>Passivos financeiros a custo amortizado</u>	<u>Total</u>
	<u>Nota</u>	<u>§</u>	<u>§</u>
2017			
Outros passivos		912	912
Carteira de dívida	6.5	26.000	26.000
Fundos especiais	6.6	<u>8.222</u>	<u>8.222</u>
Total		<u>35.134</u>	<u>35.134</u>
2016			
Outros passivos		204	204
Carteira de dívida	6.5	16.000	16.000
Fundos especiais	6.6	<u>8.816</u>	<u>8.816</u>
Total		<u>25.020</u>	<u>25.020</u>

A exposição da Instituição aos diferentes riscos associados aos instrumentos financeiros é apresentada na Nota 4. A máxima exposição ao risco de crédito no final da gestão corresponde aos montantes contábeis para cada um dos ativos financeiros suprarreferidos.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>§</u>	<u>§</u>
Caixa em bancos	24.092	12.320
Depósitos a prazo fixo	10.000	10.992
Títulos	-.-	<u>7.726</u>
Total	<u>34.092</u>	<u>31.038</u>

(i) Classificação de equivalente de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalente de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 2.6 consta a política com relação a caixa e equivalente de caixa.

6.2. Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem à posse dos títulos emitidos por órgãos multilaterais de desenvolvimento, consistentes em:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>§</u>	<u>§</u>
Títulos de órgãos multilaterais de desenvolvimento	<u>11.679</u>	<u>12.193</u>
Total	<u>11.679</u>	<u>12.193</u>

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não mantém investimentos disponíveis para venda com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos são classificados como ativos financeiros “disponíveis para venda” quando: i) os investimentos não têm data fixa de vencimento, ii) os investimentos não têm montante fixo ou determinável de pagamento, e iii) a gerência tem a intenção de manter esses investimentos no médio e longo prazo. Os ativos financeiros que não podem ser classificados nas outras categorias de instrumentos financeiros (valor justo por meio do resultado, empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento) também são incluídos na categoria “disponíveis para venda”.

Tal como é explicado na Nota 11, os ativos financeiros são apresentados como ativos não circulantes, com exceção dos que têm vencimento ou dos que a gerência tenha intenção de vender dentro dos 12 meses posteriores ao encerramento da gestão.

(iii) Indicadores de desvalorização para os investimentos disponíveis para venda

Considera-se que um investimento deve sofrer desvalorização quando há redução significativa e prolongada do valor justo por baixo do custo. Vide Nota 2.8 para mais detalhes a respeito das políticas de perdas por desvalorização dos ativos financeiros.

(iv) Montantes reconhecidos nos outros resultados abrangentes

Durante a gestão, a Instituição reconheceu ganho de \$42 na conta de resultados abrangentes (2016 – perda de \$3)

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

As informações sobre os métodos e julgamentos usados na determinação do valor justo constam da Nota 6.7. Não há investimentos disponíveis para venda vencidos ou com desvalorização.

Todos os investimentos disponíveis para venda foram e permanecem denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

6.3 Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>\$</u>	<u>\$</u>
<u>Investimentos em depósitos a prazo fixo</u> ⁽¹⁾		
Órgãos multilaterais de desenvolvimento	<u>17.686</u>	<u>13.438</u>
Subtotal	<u>17.686</u>	<u>13.438</u>

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
<u>Investimentos em outros valores</u> ⁽²⁾		
Títulos soberanos	78.110	96.403
Títulos de órgãos multilaterais de desenvolvimento	18.070	30.697
Títulos do setor financeiro	18.899	23.211
Títulos do Tesouro da República Argentina ⁽³⁾	4.488	3.990
Subtotal	<u>119.567</u>	<u>154.301</u>
Capital investido	137.253	167.739
Juros e comissões acumulados a receber	447	550
Total	<u>137.700</u>	<u>168.289</u>

- (1) Os investimentos são depósitos a prazo, cujo prazo original é superior a três meses.
- (2) Os investimentos incluem títulos soberanos de órgãos multilaterais de desenvolvimento, e de outras instituições financeiras cujos títulos comerciais encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do FONPLATA.
- (3) Corresponde a investimento em Títulos do Tesouro da República Argentina ao "PAR" e "DISCOUNT", recebidos como parte do programa de troca de dívida sobre a posse do título "BONTE - 04", em 2005.

(i) Classificação de investimentos mantidos até o vencimento

A Instituição classifica os investimentos como mantidos até o vencimento quando:

- Os ativos financeiros não são derivados.
- Os investimentos não estão cotados em mercado ativo.
- Os investimentos têm pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos.
- A Instituição tem a intenção e a capacidade de manter estes investimentos até o vencimento.

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

Os Títulos do Tesouro da República Argentina, que em 31 de dezembro de 2017 equivalem a \$4.488 (2016 - \$3.990), correspondem a títulos Argentinos "PAR" e "DISCOUNT," recebidos como parte do programa de troca de dívida sobre a posse do título "BONTE - 04," em 2005. O vencimento dos títulos recebidos é entre 2033 e 2038. A desvalorização destes títulos é ajustada em função do valor justo fornecido pela Bloomberg. A desvalorização contabilizada em 31 de dezembro de 2017 é de \$1.359 (2016 - \$1.833) e a variação no valor da perda por desvalorização correspondente à gestão 2017 reflete uma recuperação de seu valor de mercado que equivale a \$473 (2016 - \$665).

Todos os investimentos mantidos até o vencimento foram adquiridos em dólares americanos. Portanto, não há exposição ao risco de moeda. Além disso, não há risco significativo ligado ao risco de preço, tendo em vista que: i) a qualidade dos investimentos (qualidade creditícia do emissor); ii) o vencimento dos investimentos, em sua maioria, é inferior a 12 meses; iii) o rendimento dos investimentos está sujeito a uma taxa variável.

6.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país-membro é a seguinte:

País	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Argentina	114.395	80.225
Bolívia	169.188	141.711
Brasil	73.437	83.155
Paraguai	121.579	99.896
Uruguai	183.368	138.767
<i>Subtotal carteira de empréstimos bruta</i>	<i>661.967</i>	<i>543.754</i>
Menos: Taxas de administração a creditar	(1.995)	(1.210)
<i>Subtotal carteira de empréstimos</i>	<i>659.972</i>	<i>542.544</i>
Menos: Provisão para possíveis perdas em empréstimos	(2.885)	(3.027)
<i>Carteira de empréstimos líquida</i>	<i>657.087</i>	<i>539.517</i>

Os juros acumulados a receber relativos a empréstimos equivalem a \$5.740 e \$4.007, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Até um ano	58.505	5.315
Um a dois anos	71.866	7.717
Dois a três anos	61.719	46.322
Três a quatro anos	48.798	16.193
Quatro a cinco anos	50.502	-
Mais de cinco anos	370.577	468.207
Total carteira de empréstimos bruta	661.967	543.754

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A totalidade da carteira de empréstimos consta de montantes a receber dos países-membros da Bacia do Prata por financiamentos outorgados com garantia soberana. Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e termos respectivos, não constituem instrumentos financeiros derivativos. As cobranças ou amortizações dos empréstimos são fixas ou determináveis e não são negociadas em mercado ativo. Tal como é explicado na Nota 11, as amortizações dos empréstimos a receber nos 12 meses seguintes são classificadas como circulantes, caso contrário, como não circulantes. Na Nota 2.7 são descritas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização da carteira de empréstimos e na Nota 2.8 para o reconhecimento das perdas por desvalorização.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses ativos são próximos do valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

A provisão para possíveis perdas em empréstimos é mantida em nível considerado adequado pelo FONPLATA para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

A provisão para possíveis perdas em empréstimos soberanos é estabelecida com base na nota de classificação de risco individual dos países mutuários para sua dívida de longo prazo, que é determinada como a classificação mais baixa na data das demonstrações financeiras, de três agências de classificação de risco de crédito reconhecidas internacionalmente. Essas classificações incorporam uma probabilidade de inadimplência (“default”). Devido a sua condição de credor preferencial, e levando em conta os privilégios e imunidades outorgados ao FONPLATA por seus países-membros, que constam de seu Convênio Constitutivo e de outros acordos específicos assinados com os países, usa-se um fator que reflete menor probabilidade de inadimplência – geralmente equivalente a três níveis acima de sua nota de classificação de risco.

A acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em situação de não acumulação são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Essa condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou comissões devidas pelo mutuário seja saldada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O FONPLATA não teve nem tem atualmente empréstimos em estado de não acumulação de renda. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o FONPLATA constitui uma provisão para refletir a potencial falta de controle de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o FONPLATA mantém políticas de exposição de riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações do mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o FONPLATA usa determinados parâmetros de mensuração, quais sejam: o patrimônio líquido do Fundo e o total da carteira de empréstimos. O FONPLATA faz revisão semestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar possíveis reduções ao valor recuperável que possam afetar sua capacidade de cobrança total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas na Nota 4.

6.5 Carteira de dívida

O saldo mantido pelo FONPLATA por dívidas assumidas para financiar os desembolsos de sua carteira de empréstimos é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
Certificados de depósitos a prazo fixo	10.000	-,-
Corporação Andina de Fomento	16.000	16.000
Total	<u>26.000</u>	<u>16.000</u>

De acordo com a estrutura de capital aprovada como parte do segundo aumento de capital, aproximadamente 45% dos recursos que formam a capacidade de empréstimo estão associados ao capital exigível. Por isso, é preciso suplementar a liquidez disponível para empréstimos com recursos a serem cobertos por financiamento externo. Para isso, o FONPLATA desenhou sua estratégia de endividamento e de programação financeira, de

forma a diversificar as fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

Dentro do Convênio Marco em vigor com a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujo acordo foi assinado em 14 de novembro de 2016, e por meio do qual é implementada a linha de crédito não comprometida por até \$75 milhões. Com data 19 de dezembro de 2016, o FONPLATA recebeu \$16 milhões da CAF, alocando esses recursos ao financiamento de desembolsos de empréstimos. Os termos acordados para este financiamento estão baseados na taxa LIBOR de 6 meses e spread. O prazo de vencimento do empréstimo é de 5 anos, com os dois primeiros como período de carência. O principal é pagável em 6 parcelas semestrais iguais e consecutivas de amortização, que incluem os juros respectivos, começando em 19 de junho de 2019 e concluindo em 16 de dezembro de 2021.

Com data 1º de dezembro de 2017, o FONPLATA assinou um acordo de financiamento por \$100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O empréstimo está baseado na taxa LIBOR de 3 meses e prevê um prazo de desembolso de 5 anos, um período de carência de 5 ½ anos e um período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até \$20 milhões com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, não foi desembolsada nenhuma quantia contra o financiamento aprovado.

Além disso, o FONPLATA acordou com os Bancos Centrais de seus países-membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares americanos a prazo médio. Em fevereiro de 2017 ocorreu a primeira operação deste tipo com o Banco Central da Bolívia no montante de \$10 milhões.

A dívida classificada por data de vencimento é a seguinte:

<u>Prazo de vencimento</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até um ano	10.000	--
Um a dois anos	5,333	--
Dois a três anos	5,333	5.333
Três a quatro anos	5,334	5.333
Quatro a cinco anos	--	5.334
Mais de cinco anos	--	--
Total	<u>26.000</u>	<u>16.000</u>

(i) Valor justo dos empréstimos recebidos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses passivos são próximos do valor contabilizado.

(ii) Exposição ao risco

As informações sobre a exposição ao risco decorrente dos empréstimos obtidos são apresentadas na Nota 5.

6.6 Fundos especiais

O saldo que o FONPLATA mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 inclui os seguintes itens:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
FOCOM:		
Investimentos administrados pelo FONPLATA	5.232	5.457
Retorno sobre investimentos a pagar	44	36
Saldo em subconta Banco do Brasil	103	81
<i>Subtotal FOCOM</i>	<u>5.379</u>	<u>5.574</u>
PCT:		
Investimentos administrados pelo FONPLATA	2.641	3.039
Retorno sobre investimentos a pagar	23	20
Saldo em subconta Banco do Brasil	179	204
Despesas cooperação técnica pagas pelo FONPLATA	-.-	(21)
<i>Subtotal PCT</i>	<u>2.843</u>	<u>3.242</u>
	<u>8.222</u>	<u>8.816</u>

A Assembleia de Governadores do FONPLATA pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas, separadas e independentes da Instituição e cujo controle é exercido pelos países-membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo FONPLATA.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de uma parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. Em 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- a. *Fundo de compensação da taxa de operações ou spread fixo (FOCOM)*: O objetivo deste fundo é contribuir para reduzir o custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos pela Bolívia, pelo Paraguai e pelo Uruguai junto ao FONPLATA, por meio do pagamento de parte dos juros a serem pagos semestralmente pelos mutuários dos três países-membros. O pagamento do benefício outorgado pelo FOCOM é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos mutuários. Em maio de 2014, a Assembleia de Governadores alocou a este fundo o valor de \$5.510 dos resultados acumulados não alocados em 31 de dezembro de 2013. Durante 2017 e 2016, a Assembleia de Governadores não alocou fundos adicionais ao FOCOM.

O FOCOM é administrado pelo FONPLATA de forma independente e seus recursos são investidos de acordo com as normas de investimento de ativos líquidos do Fundo.

- b. *Programa de Cooperação Técnica (PCT)*: Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do "Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional" (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional - foco estratégico do FONPLATA - por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Durante 2017 e 2016, a Assembleia de Governadores não alocou fundos adicionais ao PCT.

O PCT é administrado pelo FONPLATA de forma independente e seus recursos são investidos de acordo com as normas de investimento de ativos líquidos do Fundo.

Para otimizar o retorno destes fundos e de acordo com seus respectivos regulamentos operacionais, os investimentos são geridos pelo FONPLATA junto com seus investimentos.

As receitas acumuladas atribuíveis a cada um destes fundos são apuradas com base na proporção entre os ativos de cada fundo que possam ser investidos e o montante da carteira de investimentos gerida pelo FONPLATA, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício.

O total de investimentos administrados pelo FONPLATA por conta e ordem de cada fundo, bem como as receitas acumuladas, é gerido por meio de contas relativas mantidas com cada um dos fundos especiais.

6.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo nas demonstrações financeiras. A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nota	Nível 1 \$
2017		
Investimentos disponíveis para venda	6.2	<u>11.679</u>
2016		
Investimentos disponíveis para venda	6.2	<u>12.193</u>

Durante a gestão não houve instrumentos financeiros mensurados a seu valor justo em base regular para os quais o FONPLATA tenha tido que usar as metodologias aconselhadas nos níveis 2 e 3. Se houver alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do FONPLATA reconhecer o impacto dessas alterações.

- *Nível 1:* O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como os investimentos disponíveis para venda) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final da gestão. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pela Instituição é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- *Nível 2:* O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. A Instituição não tem instrumentos financeiros nesta categoria.
- *Nível 3:* Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou relevantes para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. A Instituição não tem instrumentos financeiros nesta categoria.

NOTA 7 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros da Instituição, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis utilizadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo os julgamentos profissionais utilizados e as incertezas das estimativas aplicadas.

7.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamento inclui os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u>	<u>Móveis e</u> <u>equipamentos</u>	<u>Obras de</u> <u>arte</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
	<u>\$</u>	<u>\$</u>	<u>\$</u>	<u>\$</u>	<u>\$</u>
<u>Valor de origem</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.860	739	8	49	2.656
Adições	-.-	168	-.-	-.-	168
Baixas	-.-	(64)	-.-	-.-	(64)
Obras em andamento	240	501	-.-	-.-	741
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.100	1.344	8	49	3.501
Adições	1.813	161	37	-.-	2.011
Baixas	-.-	(6)	-.-	-.-	(6)
Obras em andamento	-.-	194	-.-	-.-	194
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.913	1.693	45	49	5.700
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-.-	256	-.-	23	279
Depreciação do exercício	-.-	88	-.-	2	90
Baixas	-.-	(59)	-.-	-.-	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-.-	285	-.-	25	310
Depreciação do exercício	82	147	-.-	5	234
Baixas	-.-	(5)	-.-	-.-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	82	427	-.-	30	539
<u>Valor líquido resultante 2017</u>	<u>3.831</u>	<u>1.266</u>	<u>45</u>	<u>19</u>	<u>5.161</u>
<u>Valor líquido resultante 2016</u>	<u>2.100</u>	<u>1.059</u>	<u>8</u>	<u>24</u>	<u>3.191</u>

Em 2013, os Diretores-Executivos do FONPLATA recomendaram à Assembleia de Governadores a aprovação de orçamento de capital para a compra de imóvel próprio para a sede principal do Fundo, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia. O orçamento de capital e suas alterações aprovadas pela Assembleia de Governadores entre 2013 e 2017 totalizou \$5.136, abrangendo a compra 5 ½ andares no Edifício Embassador, localizado na Av. San Martín 155 da cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, bem como o custo das instalações elétricas, comunicações, separação de escritórios, acabamento e adequação das áreas internas, tratamento de vidros e móveis.

Em 1º de março de 2017, em decorrência da entrega provisória acordada com a empresa construtora, o FONPLATA começou a funcionar em sua nova sede.

Do total orçado para a compra do prédio, até hoje foram investidos \$4.935, restando ainda a compra de obras de arte pelo valor de \$100 e \$101.5 para a readequação de espaços com relação a expansão do quadro de pessoal aprovada como parte do Documento de Programas e Orçamento para 2018 – 2020.

Além disso, o orçamento de capital e suas sucessivas alterações suplementares incluíram \$514.7 para a renovação de infraestrutura básica de processamento de dados, equipamento de segurança, comunicações, equipamento de computação, e integração de dados por meio de um banco de dados.

(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

Os ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos
Equipamento e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamento	8 a 10 anos
Equipamento de computação e aplicativos	4 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 2.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

7.2 – Diversos

Neste item são incluídos saldos menores a favor do FONPLATA como adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, depósito de segurança para o aluguel dos edifícios ocupados pela sede principal do FONPLATA em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, e dos escritórios ocupados em Assunção, Paraguai.

A composição de outros ativos inclui os seguintes itens:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Despesas a serem informadas	5	4
Adiantamentos a provedores	19	55
Despesas pagas antecipadamente	57	74
Contas a receber	26	203
Ações CODETEL	33	33
Depósitos de segurança	3	11
Total	143	380

7.3 – Provisões de longo prazo

Inclui todos os saldos a pagar no que diz respeito à provisão para indenização por término dos serviços. O saldo destes benefícios em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de \$692 e \$577, respectivamente.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital integralizado

Com data 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de \$1.375.000, passando o capital de \$1.639.200 para \$3.014.200. Com data 1º de novembro e 11 de outubro de 2016, o Uruguai e a Bolívia subscreveram a totalidade de sua participação no novo aumento de capital e comprometeram a totalidade do capital exigível.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países-membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro por \$550.000 e do compromisso da totalidade do capital exigível por \$825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, o total do capital a ser pago em dinheiro será de \$1.349.200 e o capital exigível, em 31 de dezembro de 2017, é de \$1.665.000. O pagamento do capital exigível subscrito será realizado quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores do Fundo, quando for necessário para cuidar das obrigações financeiras do FONPLATA, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

A composição do capital do FONPLATA por país-membro em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2017:

País- -membro ⁱ	Capital subscrito		A subscrever		Capital autorizado		Total	%
	Em dinheiro \$	Exigível \$	Em dinheiro \$	Exigível \$	Em dinheiro \$	Exigível \$		
• Argentina	449.744	555.014	--	--	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	--	--	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	<u>149.904</u>	<u>184.991</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>149.904</u>	<u>184.991</u>	<u>334.895</u>	<u>11,1%</u>
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Em 31 de dezembro de 2016:

País- -membro ⁱ	Capital subscrito		A subscrever		Capital autorizado		Total	%
	Em dinheiro \$	Exigível \$	Em dinheiro \$	Exigível \$	Em dinheiro \$	Exigível \$		
• Argentina	266.410	280.014	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	266.410	280.013	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	88.793	93.324	61.111	91.667	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	<u>149.904</u>	<u>184.991</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>149.904</u>	<u>184.991</u>	<u>334.895</u>	<u>11,1%</u>
	<u>921.422</u>	<u>1.023.333</u>	<u>427.778</u>	<u>641.667</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

A seguir é apresentado o montante de capital a ser pago em dinheiro, subscrito e ainda não subscrito, incluindo o novo aumento de capital, bem como o capital exigível subscrito, comprometido e ainda não comprometido em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017:

País-membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Integralizado ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	
• Argentina	243.077	206.667	449.744
• Bolívia	81.015	68.889	149.904
• Brasil	219.744	230.000	449.744
• Paraguai	81.015	68.889	149.904
• Uruguai	81.015	68.889	149.904
Total	<u>705.866</u>	<u>643.334</u>	<u>1.349.200</u>

Em 31 de dezembro de 2016:

País-membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Integralizado ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	
Argentina	219.744	46.667	266.410
Bolívia	73.238	76.667	149.904
Brasil	203.827	62.583	266.410
Paraguai	73.238	15.556	88.793
Uruguai	73.238	76.667	149.904
Total	<u>643.283</u>	<u>278.139</u>	<u>921.422</u>

Em 31 de dezembro de 2017:

País-membro	Capital Subscrito Exigível		Total ⁱ
	Comprometido ⁱ	A Comprometer ⁱ	
	\$	\$	
Argentina	501.678	53.336	555.014
Bolívia	167.215	17.775	184.990
Brasil	555.014	-.	555.014
Paraguai	184.991	-.	184.991
Uruguai	184.991	-.	184.991
Total	<u>1.593.889</u>	<u>71.111</u>	<u>1.665.000</u>

Em 31 de dezembro de 2016:

País-membro	Capital Subscrito Exigível		Total ⁱ
	Comprometido ⁱ	A Comprometer ⁱ	
	\$	\$	
Argentina	173.342	106.672	280.014
Bolívia	149.439	35.552	184.991
Brasil	280.014	-.	280.014
Paraguai	93.324	-.	93.324
Uruguai	184.991	-.	184.991
Total	<u>881.109</u>	<u>142.224</u>	<u>1.023.333</u>

ⁱ Devido a arredondamento em milhares de dólares americanos, os montantes parciais não concordam com o total.

8.2. Outras reservas

O saldo de \$37 de ganhos apresentado em “Reserva para alterações no valor de investimentos disponíveis para venda” em 31 de dezembro de 2017, corresponde às variações acumuladas no valor de mercado sobre instrumentos disponíveis para venda (2016 - \$5 de perdas acumuladas).

8.3. Lucros acumulados e reservas

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017 são de \$20.131 e correspondem exclusivamente ao resultado do exercício (2016 – \$14.761).

As Políticas Financeiras do FONPLATA preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para financiar a preservação do valor do patrimônio no tempo e para financiar o Fundo de Compensação da Taxa de Operações (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT).

A Assembleia de Governadores do dia 15 de junho de 2017 alocou para a Reserva Geral a totalidade dos Resultados Acumulados não Alocados no montante de \$14.761 (Resolução A.G. 161/2017).

A Assembleia de Governadores do dia 27 de setembro de 2017 alocou para a Reserva Geral a totalidade dos Resultados Acumulados não Alocados nessa data de \$9.325 (Resolução A.G. 156/2016).

O saldo mantido na Reserva Geral em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, é o seguinte:

	<u>Reserva Geral</u>
	\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	74.979
Distribuição Assembleia de Governadores 2017:	
Resultado do exercício	14.761
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>89.740</u>

NOTA 9 – RECEITA

A composição das receitas financeiras é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
Carteira de Empréstimos		
Juros	21.407	15.554
Comissões de compromisso	2.263	1.986
Comissões de administração	1.109	1.396
Outros	273	-.-
Subtotal	<u>25.052</u>	<u>18.936</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
Investimentos		
Juros	2.246	1.318
Outros	117	44
Subtotal	<u>2.363</u>	<u>1.362</u>
Outras receitas	89	180
Receitas financeiras	<u>27.504</u>	<u>20.478</u>

NOTA 10 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o FONPLATA adotou um sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos requeridos para elas. Durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o FONPLATA atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 95% e 88%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
<u>Classificação da despesa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
Despesas de pessoal	4.720	4.080
Despesas de serviços	507	573
Serviços profissionais	454	450
Classificação de risco de crédito	129	132
Auditores externos	57	28
Despesas de administração	1.051	834
Despesas financeiras	134	94
<i>Total das despesas administrativas</i>	<u>7.052</u>	<u>6.191</u>
Depreciação	234	91
Ganhos em variações provisões para títulos da Argentina	(473)	(667)
Diferenças cambiais	(15)	(27)
Perda por baixa de imobilizado de uso	1	5
<i>Total de despesas administrativas</i>	<u>6.799</u>	<u>5.593</u>

NOTA 11 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os quadros abaixo apresentam uma análise dos ativos e passivos em função do momento no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente:

	<u>Circulantes</u> <u>(Até 1 ano)</u> \$	<u>Não</u> <u>circulantes</u> <u>(Mais de 1</u> <u>ano)</u> \$	<u>Total</u> \$
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>			
ATIVOS			
Caixa e depósitos em bancos	34.092	-.-	34.092
Investimentos			
Disponíveis para venda	11.679	-.-	11.679
Mantidos até o vencimento	132.765	4.488	137.253
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	58.505	598.582	657.087
Juros e outros encargos acumulados			
Sobre investimentos	447	-.-	447
Juros e comissões sobre empréstimos	5.740	-.-	5.740
Outros ativos			
Propriedades e equipamentos, líquido	-.-	5.161	5.161
Diversos	110	33	143
Total de ativos	<u>243.338</u>	<u>608.264</u>	<u>851.602</u>
PASSIVOS			
Empréstimos	10.000	16.000	26.000
Outros passivos	912	-.-	912
Fundos especiais	8.222	-.-	8.222
Provisões	-.-	693	693
Total de passivos	<u>19.134</u>	<u>16.693</u>	<u>35.827</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>			
ATIVOS			
Caixa e depósitos em bancos	31.038	-.-	31.038
Investimentos			
Disponíveis para venda	12.193	-.-	12.193
Mantidos até o vencimento	161.425	6.314	167.739
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	4.489	535.028	539.517
Juros e outros encargos acumulados			
Sobre investimentos	550	-.-	550
Juros e comissões sobre empréstimos	4.007	-.-	4.007
Outros ativos			
Propriedades e equipamentos, líquido	-.-	3.191	3.191
Diversos	348	32	380
Total de ativos	<u>214.050</u>	<u>544.565</u>	<u>758.615</u>
PASSIVOS			
Empréstimos	-.-	16.000	16.000
Outros passivos	204	-.-	204
Fundos especiais	8.816	-.-	8.816
Provisões de longo prazo	-.-	577	577
Total de passivos	<u>9.020</u>	<u>16.577</u>	<u>25.597</u>

NOTA 12 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países-Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países-membros, o FONPLATA pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

Igualmente, o referido Acordo determina que o FONPLATA e seus bens estão isentos no território dos países-membros de todo imposto direto e de direitos aduaneiros no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda e de outros impostos indiretos. No entanto, os países-membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para seu uso oficial, compras importantes em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto do Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quando dos Convênios de Sede assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, surge que as propriedades do FONPLATA, bens e ativos estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, departamentais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 13 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O FONPLATA, com base em uma análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para a receita líquida do Fundo. O FONPLATA não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países-membros. Todas as operações desenvolvidas pela Instituição são realizadas pela administração central e não mantém atividades operacionais em outras áreas geográficas. As operações realizadas pelo FONPLATA consistem em outorgar financiamento aos seguintes países que formam a Bacia do Prata, que serão considerados como segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta</u> ₺	<u>Comissões a creditar</u> ₺	<u>Perdas por desvalorização</u> ₺	<u>Carteira de Empréstimos</u> ₺	<u>Juros e comissões a receber</u> ₺	<u>Total</u> ₺
Em 31 de dezembro de 2017:						
Argentina	114.395	(722)	(1.140)	112.533	1.489	114.022
Bolívia	169.188	(4)	(772)	168.412	1.822	170.233
Brasil	73.437	(259)	(335)	72.843	730	73.573
Paraguai	121.579	(546)	(348)	120.685	813	121.498
Uruguai	183.368	(464)	(290)	182.614	886	183.501
Total	<u>661.967</u>	<u>(1.995)</u>	<u>(2.885)</u>	<u>657.087</u>	<u>5.740</u>	<u>662.827</u>

	<u>Carteira bruta</u> \$	<u>Comissões a creditar</u> \$	<u>Perdas por desvalorização</u> \$	<u>Carteira de Empréstimos</u> \$	<u>Juros e comissões a receber</u> \$	<u>Total</u> \$
Em 31 de dezembro de 2016:						
Argentina	80.225	(446)	(1.352)	78.427	1.105	79.532
Bolívia	141.711	(275)	(828)	140.608	1.214	141.822
Brasil	83.155	-.	(283)	82.872	871	83.743
Paraguai	99.896	(111)	(340)	99.445	513	99.958
Uruguai	138.767	(378)	(224)	138.165	304	138.469
Total	543.754	(1.210)	(3.027)	539.517	4.007	543.524

A composição da carteira de empréstimos bruta por país e sua distribuição por segmento da indústria é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u> \$	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u> \$	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u> \$	<u>Total</u> \$
Em 31 de dezembro de 2017:				
Argentina	38.637	30.284	45.474	114.395
Bolívia	155.788	-.	13.400	169.188
Brasil	26.685	-.	46.752	73.437
Paraguai	115.483	6.096	-.	121.579
Uruguai	180.155	-.	3.213	183.368
Total	516.748	36.380	108.839	661.967

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u> \$	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u> \$	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u> \$	<u>Total</u> \$
Em 31 de dezembro de 2016:				
Argentina	24.769	7.815	47.641	80.225
Bolívia	128.704	-.	13.007	141.711
Brasil	30.678	-.	52.477	83.155
Paraguai	99.896	-.	-.	99.896
Uruguai	138.767	-.	-.	138.767
Total	422.814	7.815	113.125	543.754

Além disso, o saldo ainda não desembolsado em empréstimos em execução e sua distribuição por país é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	₹	₹
Argentina	256.286	127.984
Bolívia	180.451	178.689
Brasil	35.373	-
Paraguai	64.414	139.671
Uruguai	45.435	94.903
Total	581.959	541.247

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de			
	2017		2016	
	Montante	Rendimento	Montante	Rendimento
	₹	médio %	₹	médio %
Carteira de Empréstimos	602.861	4,16%	497.904	3,80%

(c) Receitas por segmentos

As receitas por juros e outras receitas são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	₹	₹	₹
Em 31 de dezembro de 2017:			
Argentina	3.591	1.146	4.737
Bolívia	5.511	917	6.428
Brasil	3.184	173	3.357
Paraguai	3.491	766	4.257
Uruguai	5.630	643	6.273
Total	21.407	3.645	25.052

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	₹	₹	₹
Em 31 de dezembro de 2016:			
Argentina	2.524	549	3.073
Bolívia	3.637	791	4.428
Brasil	2.828	615	3.443
Paraguai	2.849	620	3.469
Uruguai	3.715	808	4.523
Total	15.553	3.383	18.936

NOTA 14 – ENTIDADES RELACIONADAS

Como é assinalado nas Notas 1 e 6.4, o FONPLATA outorga financiamento apenas a seus cinco países mutuários, que, por sua vez, são os donos e acionistas do Fundo. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o FONPLATA não realiza transações com seus países-membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

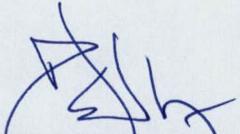
Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e a Conta Especial para Benefícios de Encerramento, como é explicado em maior profundidade nas notas 2.12 e 6.6, e notas 2.13 e 7.3, respectivamente.

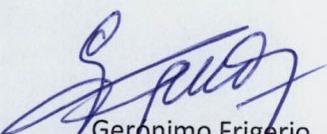
NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar materialmente as Demonstrações Financeiras do FONPLATA em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

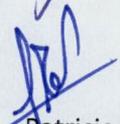
NOTA 16 – FATOS POSTERIORES

O Fundo avaliou a existência de fatos posteriores ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2017 e até 9 de fevereiro de 2017. Não foram identificados eventos subsequentes materiais, que exijam ajustamento da posição financeira e dos resultados das operações ou exposição nas notas dessas demonstrações em 31 de dezembro de 2017.


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO


Geronimo Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


Jaqueline Koehnke Ferrufino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


Patricio E. Merlani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS